



Relatório e Contas

Ano 2021

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		3.884.766,01	4.532.306,38
Bens do património histórico e cultural		847.930,00	847.930,00
Ativos intangíveis		0,00	735,36
Investimentos financeiros		23.826,25	27.464,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		4.756.522,26	5.408.436,57
Activo corrente			
Inventários		15.789,47	17.752,32
Créditos a receber		32.793,47	39.792,81
Estado e Outros Entes Públicos		3.334,10	2.006,44
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		838,00	432,00
Diferimentos		19.887,56	27.695,57
Outros ativos correntes		18.306,38	20.659,26
Caixa e Depósitos Bancários		6.521,46	353.808,48
		97.470,44	462.146,88
Total do ativo		4.853.992,70	5.870.583,45
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		225.937,34	225.937,34
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		32.959,68	32.959,68
Resultados transitados		-567.440,52	-573.759,04
Excedentes de revalorização		2.548.431,06	3.120.645,61
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1.925.990,10	1.949.907,02
		4.165.877,66	4.755.690,61
Resultado líquido do período		-241.788,78	-574.681,10
Total dos fundos patrimoniais		3.924.088,88	4.181.009,51
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	16.923,37
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		229.373,83	364.532,46
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		229.373,83	381.455,83
Passivo corrente			
Fornecedores		198.990,44	187.747,56
Estado e Outros Entes Públicos		123.053,17	99.654,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		57.017,11	212.713,38
Diferimentos		6.484,91	1.037,85
Outros Passivos Correntes		314.984,36	806.964,55
		700.529,99	1.308.118,11
Total do passivo		929.903,82	1.689.573,94
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.853.992,70	5.870.583,45

A Mesa Administrativa



Contabilista Certificado



Santa Casa da Misericórdia de Sardoal
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 501157549

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		536.016,04	654.108,02
Subsídios, doações e legados à exploração		456.039,46	534.992,93
Variação nos inventários da produção		1.000,00	66,50
Trabalhos para a própria entidade		2.389,91	7.637,11
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-71.128,51	-79.756,80
Fornecimentos e serviços externos		-272.841,84	-288.108,57
Gastos com o pessoal		-1.119.529,51	-1.482.981,98
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		22.509,49	-15.604,41
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	-16.923,37
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		387.567,92	309.343,44
Outros gastos		-35.762,75	-23.753,06
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-93.739,79	-400.980,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-142.322,83	-171.702,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-236.062,62	-572.682,99
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos		-5.726,16	-1.998,11
Resultados antes de impostos		-241.788,78	-574.681,10
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-241.788,78	-574.681,10

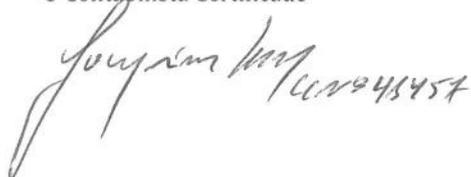
A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Entidade: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SARDOAL
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		556.535,25	961.664,61
Pagamentos a fornecedores		326.281,50	418.220,46
Pagamentos ao pessoal		1.148.689,53	1.492.358,89
	Caixa gerada pelas operações	(918.435,78)	(948.914,74)
Outros recebimentos/pagamentos		575.985,10	509.055,94
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(342.450,68)	(439.858,80)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		9.083,79	
Activos intangíveis			735,14
Investimentos financeiros		(0,00)	4.280,35
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			959,06
Outros activos		323.716,96	248.647,69
Juros e rendimentos similares		23.590,15	22.700,67
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	338.223,32	267.291,93
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		236.537,97	403.850,53
Doações		0,00	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		567.690,17	276.835,27
Juros e gastos similares		11.907,46	9.169,58
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(343.059,66)	117.845,68
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(347.287,02)	(54.721,19)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		17.6	353.808,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período		17.6	6.521,46

O Contabilista Certificado



NIF/ Matricula
501 157 549

A Mesa Administrativa



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DE FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

Rubricas	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	Total do capital próprio
1	17.7	225.937,34	0,00	32.959,68	(573.759,04)	3.120.645,61	1.949.907,02	(574.681,10)	4.181.009,51	0,00	4.181.009,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											0,00
Alterações de políticas contabilísticas											0,00
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras											0,00
Realização de excedentes de revalorização					572.214,65	-572.214,65					0,00
Excedentes de revalorização											0,00
Ajustamento por ipostos diferidos											0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	-574.681,10			574.681,10	0,00		0,00
Aplicação do resultado líquido					8.784,97						0,00
Outras alterações							-23.916,92		-15.131,95		0,00
Sub-total	2	0,00	0,00	0,00	6.318,52	-572.214,65	-23.916,92	574.681,10	-15.131,95		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											0,00
Subsídios, doações e legados											0,00
Distribuições											0,00
Outras operações											0,00
Sub-total	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	1 + 2 + 3 + 5	225.937,34	0,00	32.959,68	(567.440,52)	2.548.430,96	1.925.990,10	(241.788,78)	3.924.088,78		3.924.088,78

João Maria dos Santos

Luís

Handwritten signature and stamp in the top right corner. The signature is written in black ink and appears to be 'F3M'. Below the signature is a circular stamp with some illegible text inside.

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

Anexo

22 de março de 2022



Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	15
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	15
6	Ativos Intangíveis.....	17
7	Locações	18
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	19
9	Inventários.....	19
10	Rédito	19
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	20
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	20
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	20
14	Imposto sobre o Rendimento	20
15	Benefícios dos empregados.....	20
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	21
17	Outras Informações.....	21
17.1	Investimentos Financeiros.....	21
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21
17.3	Clientes e Utentes.....	22
17.4	Outros ativos correntes.....	22
17.5	Diferimentos	23
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	23
17.7	Fundos Patrimoniais.....	23
17.8	Fornecedores	24
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	24
17.10	Outros passivos correntes	24
17.11	Trabalhos para a própria entidade.....	25
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração	25
17.13	Fornecimentos e serviços externos.....	25
17.14	Outros rendimentos	25

17.15 Outros gastos.....	26
17.16 Resultados Financeiros.....	26
17.17 Acontecimentos após data de Balanço	26

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature at the top, a set of initials in the middle, and another signature at the bottom.

1 Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Sardoal” é uma I.P.S.S. Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, com sede no Largo do Convento, em Sardoal. Tem como atividade as respostas sociais de ERPI, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Creche, desenvolve ainda atividade relacionados com a gestão do seu Património, e agrícolas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal opera.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação

constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Não existem valores de caixa nem de depósitos bancários que apresentem restrições na data do balanço.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 a 6

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

No ano de 2018 ocorreram revalorizações de terrenos e recursos naturais bem como de edifícios e outras construções, sendo que os mesmos estão reconhecidos pelo método da revalorização. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos

custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento biológico	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	2 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Ativos Biológicos

Os “Ativos Biológicos” encontram-se mensurados ao seu justo valor deduzidos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

3.2.5 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade de dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

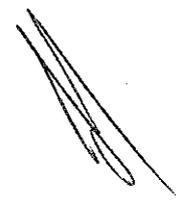
Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.6 Investimentos financeiros

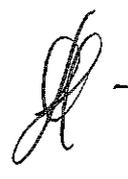
Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados



pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.



Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.



Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade. De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.





As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.



Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras passivos a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira estão contabilizados, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.13 Trabalhos para a própria Entidade

São os trabalhos que a entidade realiza para si mesma, utilizando recursos próprios ou adquiridos para o efeito. O valor da respetiva contabilização é o custo de produção desses trabalhos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos TangíveisBens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2020, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	847.930,00					847.930,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	847.930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847.930,00

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	847.930,00					847.930,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	847.930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847.930,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	368.404,42			38.860,00		329.544,42
Edifícios e outras construções	4.277.631,62	17.800,00				4.245.431,62
Equipamento básico	341.501,93	4.806,00	5.635,77			340.672,16
Equipamento de transporte	60.653,28	36.297,30				96.950,58
Equipamento biológico	84.984,94	1.889,25				86.874,19
Equipamento administrativo	1.040,00		1.040,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78.537,66					78.537,66
Total	5.162.753,85	60.792,55	6.675,77	38.860,00		5.178.010,63
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	264.167,80	138.235,55				402.670,35
Equipamento básico	309.700,52	11.408,60	5.635,77			315.473,35
Equipamento de transporte	52.931,87	15.720,74				68.652,61
Equipamento biológico	76.056,95	3.850,22				79.907,17
Equipamento administrativo	1.040,00		1.040,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	34.985,24	1.485,55				36.470,79
Total	738.882,38	170.967,76	6.675,77	0,00	0,00	903.174,27

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	329.544,42		11.970,00	3.540,00		314.034,42
Edifícios e outras construções	4.245.431,62			589.715,00		3.655.716,62
Equipamento básico	340.672,16	5.085,96				345.758,12
Equipamento de transporte	96.950,58					96.950,58
Equipamento administrativo	86.874,19					86.874,19
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78.537,66					78.537,66
Total	5.178.010,63	60.792,55	6.675,77	38.860,00	0,00	4.577.871,59
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	402.670,35	116.388,24		44.228,62		474.829,97

Equipamento básico	315.473,35	10.927,28				326.400,63
Equipamento de transporte	68.652,61	9.611,83				78.264,44
Equipamento administrativo	79.907,17	3.174,57				83.081,74
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	36.470,79	1.485,55				37.956,34
Total	903.174,27	141.587,47		44.228,62	0,00	1.000.533,12

No período de 2020 e 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos "Ativos fixos tangíveis em curso":

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Recuperação Edif. 5 de Outubro	229.427,52					229.427,52
Reconversão Clautros do Convento	28.042,50					28.042,50
Total	257.470,02	0,00	0,00	0,00	0,00	257.470,02

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Recuperação Edif. 5 de Outubro	229.427,52	49.957,52				279.385,04
Reconversão Clautros do Convento	28.042,50					28.042,50
Total	285.512,52	21.915,02	0,00	0,00	0,00	307.427,54

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9.860,45					9.860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00

Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9.860,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9.860,45
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	8.389,95	735,14				9.125,09
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	8.389,95	735,14	0,00	0,00	0,00	9.125,09

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9.860,45					9.860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9.860,45	0,00	0,00	0,00	0,00	9.860,45
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	9.125,09	735,36				9.860,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	9.125,09	735,36	0,00	0,00	0,00	9.860,45

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2021			2020		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento de transporte	61.732,97	42.584,32	19.148,65	61.732,97	33.509,99	28.222,98
Total	61.732,97	42.584,32	19.148,65	61.732,97	33.509,99	28.222,98

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	13.888,92	211.111,08	225.000,00	33.343,41	334.257,18	367.600,59
Locações Financeiras	12.749,48	18.262,75	31.012,23	10.216,12	30.275,28	40.491,40
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	41.655,61	0,00	41.655,61
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Cartão de crédito	30.378,71	0,00	30.378,71	27.498,24	0,00	27.498,24
Total	57.017,11	229.373,83	286.390,94	212.713,38	364.532,46	577.245,84

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.171,32	161.407,49	82.996,68	7.171,32	136.330,84	68.165,18	4.208,47	
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Total	7.171,32	161.407,49	82.996,68	7.171,32	136.330,84	68.165,18	4.208,47	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				71.128,51				
Variações nos inventários da produção				1.000,00				
Ativos biológicos de produção	12.051,00		-1.200,00	10.581,00		1.000,00	11.581,00	

10 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores+ serviços	536.016,04	654.108,02

Juros	26,69	226,40
Total	536.042,73	654.334,42

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidas as seguintes provisões, passivos e ativos contingentes:

Descrição	2021	2020
Provisões, passivos e ativos contingentes		
Provisões	0,00	16.923,37
Passivos contingentes	0,00	0,00
Ativos contingentes	0,00	0,00
Total	0,00	16.923,37

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo		
Comparticipação CRSS	436.972,96	515.136,52
IEFP	9.601,39	4.119,11
Exp. Agrícola (IFAP)	4.859,86	4.817,30
Protocolo Município Sardoal	0,00	10.920,00
IAPMEI- Compensação aumento RMMG	4.605,25	0,00
Total	456.039,46	534.992,93

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável neste exercício.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável neste exercício. A Entidade tem isenção definitiva.

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de "83" e em 31/12/2020 foi de "103".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	7.200,00	3.599,68

Remunerações ao pessoal	910.588,33	1.150.096,32
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	0,00	69.602,01
Encargos sobre as Remunerações	186.599,20	234.079,57
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	9.557,15	17.105,59
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	5.584,83	8.498,81
Total	1.119.529,51	1.482.981,98

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Investimentos em subsidiárias	6.733,77	6.733,77
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	6.733,77	6.733,77
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	800,00	800,00
Outros investimentos financeiros	23.026,25	26.664,83
Perdas por Imparidade Acumuladas	-6.733,77	-6.733,77
Total	23.826,25	26.740,83

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	2.672,00	2.038,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-1.834,00	-1.606,00
Total	838,00	432,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Imparidade em Associados/ Irmãos	-228,00	-1.024,00
Reversão de Imparidades	0,00	300,00
Total	-228,00	724,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Utentes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	32.793,47	39.792,81
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Perdas por imparidades	91.877,73	115.706,18
Perdas por imparidades acumuladas	-91.877,73	-115.706,18

Nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2021	2020
Clientes		
Utentes	-1.033,09	-21.031,77
Reversão perdas por imparidade	23.770,58	6.151,36
Total	22.737,49	-14.880,41

17.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal	150,00	314,22

Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	5.402,08	11.326,52
Outros devedores	12.754,30	4.608,29
Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	4.410,23
Total	18.306,38	20.659,26

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	843,08	843,62
Custos diferidos OBS no inventário	16.616,55	24.219,64
Material de Escritório	536,72	548,01
Outros Fluidos	1.436,43	1632,83
Aluguer de Equipamentos	85,98	82,67
Serviços Especializados	368,80	368,80
Total	19.887,56	27.695,57
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	310,77	430,96
Outras Receitas	6.174,14	606,89
Total	6.484,91	1.268,32

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	268,89	11,42
Depósitos à ordem	6.252,57	3.797,06
Depósitos a prazo	0,00	350.000,00
Outros		
Total	6.521,46	353.808,48

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	225.937,34	0,00	0,00	225.937,34
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	32.959,68	0,00	0,00	32.959,68
Resultados transitados	-573.759,04	6.318,52	0,00	-567.440,52
Excedentes de revalorização	3.120.645,61	0,00	-572.214,55	2.548.431,06
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.949.907,02	0,00	-23.916,92	1.925.990,10
Total	4.755.690,61	6.318,52	-596.131,47	4.165.877,66
Resultado líquido	-574.681,10			-241.788,78
Total	4.181.009,51			3.924.088,88

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	198.990,44	187.747,56
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	198.990,44	187.747,56

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.334,10	2.006,44
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	3.334,10	2.006,44
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.951,25	5.194,25
Segurança Social	117.891,45	94.126,07
Outros Impostos e Taxas	210,47	334,45
Total	123.053,17	99.654,77

17.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamento de utentes		10.771,24		8.339,14
Pessoal				
Remunerações a pagar		30.584,05		13.552,93
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimo de gastos		212.188,44		239.457,40
Outros credores- Adiantamento venda AFT				472.500,00
Outros credores		61.440,63		73.115,08
Total	0,00	314.984,36	0,00	806.964,55

17.11 Trabalhos para a própria entidade

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes trabalhos para a própria entidade:

Descrição	2021	2020
Trabalhos para a própria entidade	2.389,91	7.637,11
Total	2.389,91	7.637,11

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	446.574,35	519.255,63
Subsídios de outras entidades	9.465,11	15.737,30
Doações e heranças		
Legados		
Total	456.039,46	534.992,93

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	56.867,18	58.717,97
Materiais	2.407,28	4.953,59
Energia e fluidos	98.170,01	98.907,66
Deslocações, estadas e transportes	208,27	433,24
Serviços diversos	115.189,10	125.096,11
Total	272.841,84	288.108,57

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	11.087,77	7.412,10
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.566,88	1.325,13
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	104.513,62	3.900,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	219.203,34	248.647,69
Outros rendimentos	27.632,85	25.518,17
Juros obtidos	26,69	226,40
Outros Rendimentos similares	23.536,77	22.313,95
Total	387.567,92	309.343,44

17.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	191,04	807,04
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos nos restantes investimentos financeiros	10.210,00	3.260,00
Gastos em investimentos não financeiros		
Outros Gastos	19.180,41	12.250,98
Outros gastos e perdas de financiamento	6.181,30	7.435,04
Total	35.762,75	23.753,06

17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5.726,16	1998,11
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	5.726,16	1.998,11

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

18. Outras Divulgações

A 31 de dezembro de 2021, encontravam-se as contribuições da Segurança Social de dezembro de 2021 por liquidar bem como os acordos dos planos prestacionais.

À data da elaboração deste anexo, as contribuições perante a Segurança Social de dezembro de 2021 encontram-se liquidadas. Existem acordos com planos prestacionais para pagamento das contribuições de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Outubro e Novembro de 2021.

Foi também aprovado o Apoio Financeiro – Fundo de Socorro Social com apoio no valor de 311.935,71€.

À data da elaboração deste anexo, está em curso um processo de despedimento coletivo para a cessão do contrato de trabalho de vinte e um funcionários.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Sardoal, 22 de março de 2022

O Contabilista Certificado



11.024.1157



A Mesa Administrativa







RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ANO DE 2021

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal submete à Assembleia Geral o Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021.

O Relatório de Atividades visa apresentar o desempenho da Instituição refletindo as suas atividades de forma geral no sentido do cumprimento dos seus objetivos.

EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL DA INSTITUIÇÃO

Durante o exercício de 2021, e no seguimento do ocorrido nos anos anteriores, devido à pandemia de COVID 19 as celebrações previstas não se realizaram.

Em 30 de outubro de 2021, a antiga Mesa Administrativa apresentou a sua demissão. Consequentemente a nova Mesa Administrativa tomou posse no dia 15 de janeiro de 2022. Por este facto, a atual Mesa Administrativa não teve poder de decisão quer na gestão das atividades, quer nos investimentos e demais assuntos.

As prestações de serviços durante o ano de 2021 foram de 536.016,04€, tendo-se verificado um decréscimo em comparação com os anos transatos.

Também os subsídios à exploração, onde estão incluídas as participações da Segurança Social, apresentam valores mais baixos que nos anos anteriores, num valor total de 456.039,46€.

Em relação aos custos, a rubrica que apresenta maior valor é a de “Gastos com o pessoal”, no valor de 1.119.529,51€. Embora elevado, este valor diminuiu em consequência de despedimentos efetuados.

Durante o ano de 2021 ocorreu a alienação de um prédio, sito na Rua Quirino Fonseca, em Lisboa, artigo urbano U1324, que originou uma mais-valia de 104.513,62€. Esta mais-valia influenciou os resultados do exercício de forma positiva, sendo que, sem a venda deste imóvel a situação das contas seria ainda mais grave.

A Santa Casa da Misericórdia de Sardoal vem cumulando prejuízos em vários anos, tendo sido repetidas vezes alertada quer pelo Contabilista Certificado, quer pelo Revisor Oficial de Contas. Muito tarde a Mesa anterior tomou medidas para inverter a gestão ruínosa que tinha sido levada em diante.

A Mesa Administrativa anterior apresentou a demissão com um passivo aproximado de 1.000.000,00€ e com um pedido de apoio ao Fundo de Socorro Social. Quando terminaram funções, a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal estava a ficar perto de ter que fechar portas.

Nos primeiros meses do mandato, a atual Mesa Administrativa já tomou uma série de iniciativas para inverter a situação, nomeadamente um despedimento coletivo para obter resultados operacionais equilibrados e crédito bancário para continuar a ter o fornecimento dos bens e serviços essenciais.

PROPOSTA DE APLICAÇÕES DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe aplicar o Resultado Líquido do exercício de 2021, no montante de -241.788,78€ (negativo em duzentos e quarenta e um mil, setecentos e setenta e oito euros, setenta e oito cêntimos) em resultados transitados.

EXISTÊNCIA DE DÍVIDAS EM MORA AO FISCO E SEGURANÇA SOCIAL;

Não existem dívidas em mora à Autoridade Tributária.

Quanto ao Instituto da Segurança Social, a 31 de dezembro de 2021, a Instituição tinha em dívida o valor das contribuições de dezembro, bem como os valores constantes em acordos de planos prestacionais estabelecidos.

Sardoal, 22 de março de 2022

A Mesa Administrativa



João da Graça Joaquim Pires

Gregório Constantino Ferreira de
João da Graça





Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com o artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, vem o Conselho Fiscal dar parecer sobre o Relatório e Contas do exercício 2021.

Após análise dos elementos contabilísticos, deliberaram que as contas reúnem as condições para a sua aprovação, pelo que as julga-as por válidas e bem prestadas.

Sardoal, 30 de março de 2022

O Conselho Fiscal

João Maria Moraes da Silva
Jorge Felipe Ferreira Vitorino
Honra José Manuel Lopes Garcia

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da “**Santa Casa da Misericórdia do Sardoal**”, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 4 854 milhares de euros e um total de fundos patrimoniais de 3 924 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 242 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das alterações no fundo patrimonial, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras evidenciam um resultado líquido negativo de 242 milhares de euros reduzindo significativamente os fundos patrimoniais. Adicionalmente a sua atividade nos últimos anos tem gerado rendimentos inferiores aos gastos, evidenciando nos últimos quatro anos resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, negativos.



Estas condições indiciam que existe uma incerteza material que pode colocar dúvidas sobre a capacidade da entidade em se manter em continuidade.

Face à difícil situação financeira da Entidade, a Mesa Administrativa da Entidade em Fevereiro/2021, decidiu recorrer ao auxílio do Fundo de Socorro Social, tendo elaborado estudo económico-financeiro.

Em 27 de Janeiro/2022, o Fundo de Socorro Social, aprovou auxílio no âmbito deste Fundo para equilíbrio financeiro através de subsídio no montante de 311 935,71€, o qual para além da ajuda financeira implica que a Entidade execute as medidas de reestruturação previstas no estudo económico que passam pela redução do seu quadro de pessoal.

De acordo com o divulgado na nota 2 do anexo às contas, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade, no entanto tendo em atenção o referido nos parágrafos anteriores, constata-se que a sustentabilidade da Entidade está condicionado pela execução das medidas referidas no plano de viabilização e pela evolução da situação económica e financeira do meio ambiente e da capacidade de adaptação da Entidade às situações adversas, que implicam a adoção de medias de ajustamento para fazer face ao aumento dos custos de atividade que atualmente se verificam.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza

material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

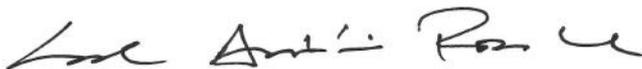
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 22 de Março de 2022



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por Carlos António Rosa Lopes (ROC nº 645)